

PRÁTICAS DE REISTÊNCIA NA TESSITURA DA HISTÓRIA/MEMÓRIA EM MATERIAIS DIDÁTICOS DO MST

Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia¹
Luciana Vedovato²

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo analisar recortes do livro de História destinado a escolas de assentamentos e acampamentos do MST, produzido por educadores do Movimento. A análise visa observar como os registros fundacionais sobre a questão agrária no Brasil constituem-se enquanto tecido da memória, os quais, por se apresentarem como gestos de resistência, dão visibilidade às tensões e contradições existentes nos espaços de luta pela apropriação da terra. Para tanto, a análise foca, de modo mais específico, o processo de colonização e exploração do Brasil pelos portugueses e, nesse contexto, a divisão da terra em capitânicas e sesmarias e sua subsequente distribuição, no capítulo do livro intitulado “Memórias Coloniais”. Também atenta, nesse entorno, para o modo como a presença do negro e do índio foi/é discursivizada em suas relações igualmente contraditórias com a terra. O gesto analítico atenta para os espaços de ruptura no que tange ao modo de organização da narrativa tendo em vista o leitor imaginário estabelecido e as designações empregadas. A análise do processo discursivo mobiliza centralmente as noções de memória e de contradição, com vistas a perfazer dialeticamente o trajeto que vai do campo teórico ao modo como a linearização do discurso põe em cena os jogos de força que estão em tela acerca de como é dita/contada a questão agrária, de posse e distribuição de terra no Brasil no âmbito do ensino. Entendemos que a luta pela terra, no que diz respeito ao MST, materializa-se, pelo discurso da

¹ Professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Pós-doutoranda do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

² Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE); Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

escola, na medida em que esta, com seus instrumentos e práticas, se nega a reproduzir a história oficial, e traz à baila lacunas não contadas, silenciadas. E, com isso, concretiza práticas simbólicas dos sujeitos diretamente envolvidos com a questão em pauta. Desse modo, o livro didático de História do MST apresenta-se como um conjunto de fontes que deslocam os saberes sobre uma história linearizada, sucessiva, em que os eventos atendem aos interesses da superestrutura e das instituições caudatárias do poder, conforme apontou Wayne (1998), e propõe uma recontagem dos fatos a partir do real histórico que abarca os camponeses na luta pela terra e, por fim, a organização como um modo de resistir.

SOBRE A RECONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL EM MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ASSENTAMENTOS DO MST E OS ESPAÇOS DE RUPTURA

Ao abordar a questão da memória, Orlandi (2012) aponta para o fato de que a memória tem características especiais, quando tratada em relação ao discurso. Assim, a memória discursiva é *o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob forma de pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra* (p.31), ela é responsável pelo não apenas pelo dizer, mas é responsável pelas formas de acionamento das relações entre a palavra e suas condições de produção. Para Orlandi (idem, ibidem) ela é o próprio interdiscurso fornecendo também os modos como os sujeitos significam o discurso. Entretanto, para Pêcheux (apud ACHARD, 2007), não há como pensar na planificação da memória, uma vez que ela também está no terreno da instabilidade por ser composta por saberes heterogêneos e contraditórios, podendo, no caso em tela, ser reconfigurada pela (re)inscrição, no interdiscurso, dos saberes sobre a chegada dos portugueses e da divisão da terra no Brasil – por exemplo - a partir da entrada das narrativas não factuais: as histórias da infraestrutura.

Nesse contexto, a determinação dos sentidos, nos materiais didáticos normalmente encontrados nas escolas públicas sobre os modos de divisão de terra no Brasil apresenta-se como um lugar do não conflito, em que as regularidades são lineares, preenchendo também as lacunas que pudessem ocorrer durante o

processo de leitura dos materiais didáticos convencionais³, ou seja, a memória discursiva funciona como um lugar de apagamento das condições históricas de resistência e o discurso pode ser questionado apenas a partir de alguns lugares de luta que não chegam a negar o fio da história, mas assumem um lugar de resistência, instalando, assim, a contradição como fonte da narrativa.

No capítulo “Memórias Coloniais” do livro didático do MST, o trabalho da língua é o de recontar ou contar de um lugar – a perspectiva da infraestrutura – como ocorreu a colonização do Brasil. A questão que se pode notar é a ruptura com o discurso do achamento e do descobrimento: há no material didático uma crítica contundente ao discurso cristalizado nos materiais didáticos de que o Brasil foi descoberto, ou ainda, “achado” por acaso, em um erro náutico. O movimento de reconstituição aqui é feito pelo rompimento com aquilo que Vayne (1998) tratou como o lugar do romance na História, ou seja, elementos que não podem ser preenchidos, pois não dizem respeito ao modo de organização dos saberes das classes dominantes (não fazem parte dos relatos dos vencidos), são escamoteados por cenas que beiram o romanesco, fazendo com que o sujeito não questione os lapsos, as lacunas, criando a ilusão de que aquilo que ali está narrado corresponda não apenas à sequência lógica do desenvolvimento dos eventos, mas também à temporalidade real de tais eventos: assim, o questionamento sobre o lugar da população indígena fica(va) delimitado ao contato com os colonizadores, à catequização e ao primeiro modo de trabalho escravo da colônia.

O ponto de vista proposto pelo material inscreve-se no da resistência: primeiro considerando que a chegada dos portugueses foi planejada, uma vez que,

³ Convencional, aqui, refere-se aos materiais distribuídos, organizados e avaliados pelo governo. O livro base para a relação com o do MST foi o *História: Idade Média e Moderna*, de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi, produzido pela Editora Ática sob a nomenclatura de *Projeto Tesis*, e é utilizado pelas escolas estaduais de Santa Maria/RS. Ao falarmos da relação da História com a memória discursiva e a ideologia, chamamos atenção para o modo como, nesse material, as Capitânicas Hereditárias são tratadas: “Esse sistema, implementado entre 1534 e 1536, constituiu em dividir o território em quinze faixas de terras lineares e paralelas no sentido leste-oeste. A área de cada capitania ia do litoral até a linha estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas como limite entre as terras sobre o domínio de Portugal que pertenciam à Espanha. A intenção do governo era que a iniciativa privada assumisse a responsabilidade pela colonização” (AZEVEDO e SERIACOPI, 2012, p.146). Há no excerto uma resignificação da palavra governo e iniciativa privada, como se fosse possível pensar em tais relações naquele período. Mas, assim como no livro do MST, também os autores trabalham com os efeitos de sentido, aproximando-os do contexto de produção contemporâneo.

economicamente, encontravam-se em desvantagem em relação aos demais países europeus, por isso demandavam-se novas rotas e novos lugares para explorar. Além disso, sem encontrar resistência, logo trataram de apropriar-se da terra (e não lutar por ela como encontramos nos livros didáticos convencionais), para torná-las hereditariamente pertencentes a algum nobre que escolhia quem ali trabalharia.

E na proposição de um lugar de narrativa que oferece voz para a infraestrutura, o livro e o capítulo em questão deslocam a memória da ordem do factual para os eventos não factuais e colocam a História no centro da discussão da ideologia: o que se narra e o modo como se narra é organizado pela ideologia. Assim, observemos o excerto sobre as Capitanias Hereditárias:

SD1 Eram 15 faixas de terra que variavam de 150 a 600 km de largura, estendendo-se do litoral ao interior até a linha imaginária de Tordesilhas. Olhe o mapa. Imagine você o tamanho delas! *Era terra a dar com pau!* Os donatários deviam povoá-las, explorá-las com recursos próprios e governá-las em nome da coroa, além de propagar a fé católica em suas terras. (MORISSAWA, 2001, p.58).

O enunciado grifado na SD1 é o registro da língua fluida, como bem pontuou Orlandi (2009), e que não caberia em um material didático distribuído pelo governo, por exemplo. Ela deriva justamente para o lugar dos excluídos, onde a ordem da formalidade da narrativa história encontra seu espanto na contradição: a militância da narrativa surpreendendo-se com o fato de que já nos primórdios da divisão de terras no Brasil dois fatores fundantes seriam (e são) perpetuados: a invasão de terras pelas classes dominantes e a concentração de tais terras para a suposta produção da demanda que antes era da Colônia e agora centra-se nos mercados mundiais. Atravessa aqui, em forma de discurso transversal, um conjunto de valores históricos e sociais relacionados ao lugar da luta pela terra, fazendo ressoar um sujeito que ao enunciar sobre a terra, fala de outro lugar, para outros sujeitos que não apenas desejam saber a “história do Brasil”, mas que passam a questionar sobre o modo como ela nos é contada, e abre-se então um novo feixe de saberes possíveis que reconfigurarão a memória sobre a terra. Além disso, dissolve a intangibilidade da memória criada pelo material didático convencional, pois estabelece um diálogo com outras vozes participantes do processo de apropriação da terra, especialmente, aqueles que não pertenciam à nobreza: *Assim os hereges,*

os índios, os mouros e os judeus não poderiam ter terra no Brasil (MORISSAWA, 2001, p. 58). E uma vez estabelecido esse diálogo, não há mais meios de fazer com que tais formulações não afetem a produção dos efeitos de sentido sobre a terra no Brasil. Posto isso, passaremos agora a discutir a relação entre descontinuidade e contradição.

A HISTÓRIA COMO DESCONTINUIDADE – OS ESPAÇOS DE CONTRADIÇÃO

Conforme afirmado anteriormente, a perspectiva da história com a qual trabalhamos é aquela que leva em conta os sujeitos imersos em práticas sociais concretas. Ou seja, trata-se do real de que falam Gadet e Pêcheux (1981), não isento de falhas, e por isso estando também o sujeito exposto à contradição. E isso porque, ainda consoante Pêcheux, “todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (PÊCHEUX, 1975, p. 92), da qual derivam os efeitos de sentido.

Se os livros didáticos de história nos contaram os fatos do ponto de vista dos vencedores como princípio de evidência, o material produzido pelo MST produz lugares de ruptura do interior da uma FD que se inscreve essencialmente no lugar da resistência ao poder instituído e à exploração dos mais fracos: despossuídos dos bens de produção, negros, marginalizados, índios, entre outros. Esses passam a ser os atores principais da narratividade. E com isso estabelece um deslocamento que institui um outro espaço de memória, porém, não isento de contradição, porque, conforme afirmado, o real é exposto à falha, à descontinuidade constitutiva da própria luta de classes:

SD2 Até pouco tempo atrás diziam que os índios eram preguiçosos e que, por isso, os portugueses preferiam trazer escravos da África. Só muito recentemente, conhecendo melhor sua cultura e seu modo de viver, passamos a entender e a respeitar os povos indígenas. (MORISSAWA, 2001, p.19).

A SD2 propõe uma recontagem de parte da história que compôs nossa brasilidade. No que concerne à dimensão do trabalho, cujos respingos ainda ressoam hoje, em uma memória que diz sobre o brasileiro “malandro”, “boa vida”,

“fruidor do samba e do futebol”, a narratividade do livro tenta consertar. Contudo, essa tentativa se dá por uma via que não escapa à contradição, manifesta na materialidade da língua e onde se cruza o real da história. Observemos:

a) Sobre a marcação temporal: na contramão do cânone dos manuais didáticos de história, o livro em análise não mostra, no caso desta sequência que, no caso, é uma caixa de comentário, uma datação específica, mas se vale de marcadores como “até pouco tempo atrás” e “só muito recentemente”. De um lado, essa estratégia joga com a desestabilização das datas pré-determinadas para comemoração, do ponto de vista do vencedor; de outro, gera efeito de sentido, pela indeterminação temporal, de uma mudança, na ordem das coisas, sem causalidade aparente, em que pese a explicitação que vem na sequência:

b) Sobre a indeterminação da ordem do dizer: a indeterminação na ordem gramatical, presente na forma verbal “dizer” é correlata a uma certa indeterminação na ordem do discurso. Trata-se da ordem do boato, o qual é definido por Orlandi (2008, p. 134) como “notícia anônima que se expande publicamente sem confirmação, um modo de dizer em que há sempre uma diferença a significar, um ruído (protesto ou falta de verdade)”.

Era (ou é?) discurso corrente que os indígenas eram (ou são?) preguiçosos. Contudo, a quem debitar essa discursividade? Em tempos do politicamente correto, dificilmente algum segmento o assinaria embaixo. E que garantia temos de que o discurso sobre o imaginário do indígena como preguiçoso cessou de circular?

c) Sobre a validação da ordem do dizer: Aprendemos com Pêcheux (2006) que a língua é sujeita ao equívoco, o que o autor nos mostra de modo magistral no já antológico enunciado “*On a gagné*”. A partir do enunciado, é possível perguntarmos, ensina-nos, ele, sobre as possibilidades de deriva acerca de quem teria ganho as eleições na França de 1981. Pensando na equivocidade do enunciado em tela, podemos nos perguntar acerca de qual parcela da população passou a entender e a respeitar os povos indígenas, bem como sobre os sentidos de “conhecer melhor sua cultura e seu modo de viver”, considerando-se que esta cultura encontra-se, não raro, em processo de silenciamento/interdição.

Atentemos para o fato de que a composição do enunciado a partir da indeterminação pela ordem do dizer, aliada a uma ausência de validação nessa mesma ordem, construída pelo viés do boato e, ainda, com marcadores de tempo os quais parecem suspender a história, constituem estratégias as quais dizem respeito aos modos como os saberes sobre história são tecidos no interior do MST. E mais, como se linearizam com vistas ao ensino em acampamentos e assentamentos, em práticas que não são isentas de suas relações de contradição

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os modos de contar a História não são isentos das relações ideológicas, aliás, só é possível, dentro de uma perspectiva Materialista de compreensão da linguagem, interpretar (ler) os discursos se consideradas as relações da história com a ideologia e a língua como um elemento simbólico, por isso Pêcheux (1975) sabiamente enfatizou a importância dos processos discursivos. A composição dos modos de narrar são fundamentais para compreender como as classes hegemônicas normatizam e estabilizam a História, mas também para saber como a infraestrutura organiza seus modos de resistência: seja escolhendo os acontecimentos a serem discursivizados ou o modo como a língua funciona dentro desse outro olhar para a História: os boatos, os marcadores de tempo, por exemplo.

Assim, temos no material observado as relações linguísticas organizadas a partir de outras condições de produção que não são aquelas da classe dominante, mas tomando como base as forças sociais, provocando um deslocamento das memórias sobre a terra no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre (et al) *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. 2ª ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*, 10 e. Campinas, SP: Pontes, 2012.

_____. *A Língua Brasileira e Outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas, SP. 3ª. Ed. Pontes, 2008.

GADET, Françoise e PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível*. Campinas, Pontes, 2004.

PÊCHEUX, M. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995. 317 p.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006, 68 páginas.